

RAINER EISFELD *

A «REVOLUÇÃO DOS CRAVOS» E A POLÍTICA EXTERNA:

O FRACASSO DO PLURALISMO SOCIALISTA EM PORTUGAL A SEGUIR A 1974 **

I. INTRODUÇÃO: A VIRAGEM À DIREITA EM PORTUGAL

O golpe militar que derrubou o regime ditatorial de Marcelo Caetano fez eclodir em Portugal em 1974-75 um movimento social e político que, nalgumas zonas do país — é certo que nunca para além de algumas zonas, sobretudo o Alentejo e os centros industriais —, assumiu características revolucionárias. No decurso deste movimento, realizaram-se embrionariamente ou perspectivaram-se como objectivo, nas cidades e nos campos, na indústria e na agricultura, nos órgãos de informação e nas escolas, no exército e no governo, estruturas para as quais a forma mais precisa de conseguir um denominador comum será — como faremos daqui para a frente — designá-las e analisá-las em termos de «pluralismo socialista».

* Professor de Ciências Políticas da Universidade de Osna-brück (RFA).

** Nota do C. R.: Sobre o período posterior ao 25 de Abril, muito entre nós se tem dito e escrito, muito se tem igualmente calado. Um dos aspectos que só episodicamente afloram de forma clara nos discursos que se vão produzindo é o do papel decisivo das influências externas no rumo que o processo português acabaria por tomar, nomeadamente das que se exerceram sobre os partidos políticos. Ao tratar privilegiadamente as pressões que se centraram no PS, o presente texto não esgota, evidentemente, aquela questão. Ele assume-se, com as vantagens e desvantagens que isso implica, como um olhar de fora, preocupado sobretudo com o levantamento do papel das forças que, no seu próprio país, a RFA, intervieram para travar a dinâmica socialista do processo político português. Sem ressentimentos, mas também sem cumplicidades, o que se tenta é trazer a discussão científica

Quase nove anos depois, desses embriões e perspectivas praticamente nada resta. Como foi possível desenvolver-se uma situação em que a Constituição de 1976 não chegou a existir — para usar uma expressão de Ferdinand Lassalle — senão como uma «folha de papel», cedendo o lugar, após a revisão aprovada em 12 de Agosto de 1982, a um texto constitucional de que desapareceram as alusões anteriores a uma continuação do processo revolucionário, ao exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras ou à predominância futura da propriedade social na ordem económica?

Uma análise que tome por ponto de partida o conceito de «pluralismo socialista» pode contribuir para esclarecer esta questão, precisamente na medida em que o alcance de tal fórmula de modo algum é simplesmente académico. Pelo contrário, conceitos como «pluralismo» — ou também «totalitarismo» — são conceitos de legitimação e de luta, sujeitos a interpretações diferentes, não apenas dentro de cada país, mas também no contexto das alianças internacionais como a Aliança Atlântica ou o Pacto de Varsóvia. Sistemas valorativos legitimadores deste tipo contribuem, por conseguinte, não apenas para a decisão de conflitos a nível *intra*-estatal, mas também para a prática *inter*-estatal, internacional, de pressão económico-política e de ingerência (penetração) do exterior, prática que foi também aplicada no caso de Portugal, de modo especialmente marcado durante os anos de 1974-75.

Os responsáveis por esta ingerência, formal e informal, foram os governos oeste-alemão e americano, a NATO e a CEE, o SPD, a Fundação Friedrich Ebert e a Internacional Socialista. A sua pressão exerceu-se especialmente sobre o Movimento das Forças Armadas (MFA), ideologicamente fragmen-

para áreas que têm andado por de mais dominadas por simplificações maniqueístas e ruídos ideológicos. O texto, que, numa versão diferente, foi recentemente publicado na revista oeste-alemã Leviathan, tem, acrescente-se, já uma história, que não cabe aqui contar, de boicote e censura por parte de sectores do SPD preocupados, não ingenuamente, com a salvaguarda da visão institucional de «salvadores da democracia portuguesa». Quando passaram já nove anos sobre o 25 de Abril, é mais que tempo de escrever uma história diferente, que, fazendo sair da penumbra a riqueza e pluralidade dos movimentos sociais, não descure também o papel dos partidos. Independentemente das divergências de análise que, individual ou colectivamente, nos pudessem separar deste texto, ele constitui, estamos certos, um contributo importante para uma discussão que tem de continuar e vai continuar.

tado, bem como sobre o Partido Socialista (PS), programática e organizativamente mal consolidado. O Partido Comunista (PCP) continuou, pelo seu lado, a revelar-se marcado pela teoria e tática que permearam o movimento comunista internacional na fase da sua instrumentalização incondicional pelo PCUS. O MFA, o PS e o PC foram os actores decisivos da etapa «provisória» até à entrada em vigor da nova Constituição, em 25 de Abril de 1976. E mesmo depois disso, no primeiro período legislativo da fase constitucional subsequente, as forças armadas e o Partido Socialista exerceram ainda uma influência determinante: o PS, através dos dois governos minoritários de 1976-77 e de 1978 (conjuntamente com «personalidades do CDS», no seio, portanto, de uma coligação formal); as forças armadas — já não, é certo, o MFA — sobretudo por intermédio do presidente Eanes.

Tomar a influência externa como objecto da análise que se vai seguir não significa negar a importância de factores de decisão internos. Dois destes merecem menção especial, em relação com os acontecimentos político-militares do 25 de Novembro de 1975, que levaram as forças armadas a «regressar aos quartéis», depois de um período em que tinham conquistado uma influência crescente sobre a composição e política dos governos provisórios.

O primeiro factor radicava no profundo abismo que, a nível económico, social e ideológico, separa a economia de subsistência dos pequenos camponeses do Norte do país do latifúndio e do proletariado agrícola do Alentejo. A corrente revolucionária que — como mencionámos — tinha atingido sobretudo o operariado industrial e agrícola do Centro e do Sul de Portugal chocou, na zona de minifúndio do Norte, com a sua característica mentalidade proprietária, contra um movimento político-social de sinal contrário dos camponeses atingidos por um rápido agravamento das suas condições de produção e de distribuição⁽¹⁾. Este movimento caiu sob a influência da Igreja Católica, que tinha apoiado o regime de Salazar-Caetano e receava pela sua posição, muito sólida so-

(1) A veemente reacção dos pequenos e médios agricultores ao agravamento da sua situação devido ao aumento dos custos e à diminuição dos preços de venda depois do 25 de Abril — e, portanto, à frustração das esperanças de maior justiça social postas na Revolução — é descrita muito vividamente por Claude Collin, «Révolution et Contre-Révolution dans les Campagnes Portugaises», *Les Temps Modernes*, ano 31 (1975), p. 381 sgs., aqui p. 394 sgs.

bretudo no sector da educação ⁽²⁾, e bem assim da confederação militante de grandes agricultores, intermediários e latifundiários expropriados, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Na sua campanha de mobilização, esta confederação conseguiu explorar valores camponeses tradicionais contra o «assalto brutal à iniciativa privada», contra as «ocupações anárquicas, roubo e destruição» ⁽³⁾. Com o corte da ligação por estrada Norte-Sul em Rio Maior, a norte de Lisboa, a CAP ⁽⁴⁾, para demonstrar o seu poder, dividiu o país, na noite de 24 para 25 de Novembro de 1975, literalmente em duas partes.

De consequências não menos gravosas se revelou a cisão das forças armadas em grupos ideológicos rivais, que concluíram alianças com diferentes partidos políticos e se combateram entre si. Com isso cresceu inelutavelmente a influência dos oficiais que, ou não estavam comprometidos com o movimento do 25 de Abril — na altura do golpe de Estado cerca de dez por cento do corpo de oficiais tinha aderido ao MFA — ou se consideravam simples militares de carreira, para quem não havia qualquer ligação entre a missão de um exército profissional e a transformação das estruturas sociais. Em 25 de Novembro de 1975, uma tentativa de golpe de militares de esquerda foi derrotada com base em planos tão «cuidadosamente preparados» ⁽⁵⁾ que o resultado veio a ser classificado como um «golpe de Estado do centro», «friamente planeado e levado a cabo» por um grupo de oficiais chefiados por Eanes — que lançou assim as bases da sua futura

⁽²⁾ Cf. a este respeito as visões de conjunto, que se completam mutuamente, em Thomas C. Bruneau, «Church and State in Portugal: Crises of Cross and Sword», *Journal of Church and State*, 1976, p. 463 sgs., e em Jean Tavares, «Les Paysans, l'Église et la Politique dans un Village Portugais», *Les Temps Modernes*, ano 31 (1976), p. 2234 sgs.

⁽³⁾ Confederação dos Agricultores de Portugal, CAP: *Recortes de uma Luta*, Viseu, 1977, p. 37, 52. Cf. também a apreciação da CAP por Manuel Villaverde Cabral: «Agrarian Structures and Recent Rural Movements in Portugal», *Journal of Peasant Studies*, vol. 5 (1978), p. 411 sgs., aqui p. 433.

⁽⁴⁾ Mais exactamente: o Secretariado Provisório dos Agricultores de Portugal, do qual nasceu a CAP três semanas depois, em 14/12/1975; cf. Confederação..., *op. cit.*, p. 25, 60.

⁽⁵⁾ Europarat, Ausschuss für europäische Nichtmitgliedstaaten, Dok. AS/NM (27) 16: «Die Lage in Portugal — Vorl. Entschliessungsentwurf und Begründung durch Abg. Gessner», Estrasburgo, 1976, p. 8.

eleição para Presidente⁽⁶⁾. Oficiais e soldados de esquerda — à cabeça o major Otelo Saraiva de Carvalho, que tinha planeado e dirigido militarmente a revolta de 1974 — foram saneados; com o abandono pelas forças armadas de responsabilidades governamentais, agora também formalmente regulamentado pela Constituição, estava terminada a existência do MFA como «movimento».

Destes acontecimentos, quis-se tirar a conclusão de que, no período de transformação posterior a 1974, Portugal mantivera a sua autonomia; o factor decisivo para o resultado final teria sido a «formação social endógena»⁽⁷⁾. Outras análises, pelo contrário, apontam que, em primeiro lugar, teria estado nas mãos dos EUA decidir se a radicalização em Portugal deveria ser terminada por uma «solução» do tipo chileno⁽⁸⁾ e que, em segundo lugar, a RFA, «e especialmente o SPD», tinha estado em posição de oferecer uma alternativa à intervenção directa, dando «à evolução em Portugal uma determinada direcção (anticomunista)», com a consequência de que «na proporção em que a dependência aumentou, tam-

(6) Ben Pimlott, «Portugal's Soldiers in the Wings», *New Statesman*, 24/9/1976, p. 393. Arnold Hottinger, «Militärische Hintergründe der Machtverschiebung in Portugal», *NZZ*, n.º 1, 4/1/1976, opina que a asfixia da tentativa de golpe consistiu numa «armadilha habilmente colocada».

(7) José Medeiros Ferreira, «Aspectos Internacionais da Revolução Portuguesa», manuscrito inédito, II International Conference on Modern Portugal, Durham, 1979, p. 8.

(8) Continua a ser objecto de controvérsia se, e com que carácter definitivo, o governo dos EUA encarou a possibilidade de um «segundo Chile»: Szulc é de opinião que isso «nunca foi ponderado seriamente» (Tad Szulc, «Lisbon & Washington: Behind the Portuguese Revolution», *Foreign Policy*, n.º 21, Inverno de 1975-76, p. 3 sgs., aqui p. 61), ao passo que Bruneau o considera uma «alternativa evidente»: «Clearly, the model of Chile was a possibility...» (Thomas C. Bruneau, «Notes on the Analysis of the Relationship between International Dimensions and Regime Formation in Portugal», manuscrito inédito, II International Conference on Modern Portugal, Durham, 1979, p. 9). O antigo chanceler federal Brandt deu a entender que, em 1975, o PCP «quase provocou uma reacção internacional que teria posto em risco extremo a evolução democrática de Portugal»; noutro local, observou que «grupos direitistas internos, e também instâncias internacionais, (estavam a forjar) planos de intervenção» e que «uma intervenção americana — que, evidentemente, não apoio — teria, é de supor, sido mais facilmente compreendida [i. e. pela URSS]» (Willy Brandt, «Das portugiesische Volk kann sich auf uns verlassen», in Friedhelm Merz, Vítor Cunha Rego, *Freiheit für den Sieger*, Zúrique, 1976, p. 181 sgs., aqui p. 187; idem, *Begegnungen und Einsichten*, Hamburgo, 1976, p. 633).

bém a possibilidade de um regime liberal-democrático em Portugal se tornou maior»⁽⁹⁾.

Efectivamente, para usar a formulação plástica do historiador norte-americano Kenneth Maxwell, Portugal foi ficando, depois do 25 de Abril de 1974, cada vez mais «sob pressão»⁽¹⁰⁾. Esta pressão teve a sua origem num síndrome de anticomunismo, radicado, por seu lado, em múltiplas causas, e que manteve o seu peso como *leitmotiv* da política externa mesmo onde a ameaça sentida não foi carregada de tintas apocalípticas por forças conservadoras⁽¹¹⁾. Esse síndrome estorvou uma percepção e avaliação diferenciada dos condicionamentos político-sociais portugueses⁽¹²⁾, com a consequência de que se incentivaram do exterior valores e objectivos, desde logo, inicialmente, anticomunistas, mas cada vez mais pura e simplesmente anti-socialistas, à medida que a evolução de Portugal ameaçava divergir das normas «aceites» da Aliança Atlântica. A análise deste processo pode, por conseguinte, fornecer um contributo para o *esclarecimento da questão* de saber em que medida, na era actual de bipolaridade entre o Leste e o Oeste, evoluções sociais autónomas são de todo em todo possíveis.

II. PLURALISMO: UM PROJECTO «NO CENTRO DA DISPUTA»

1. PLURALISMO COMO CONCEITO DE LUTA E DE LEGITIMAÇÃO

«Deveríamos intervir a favor de experiências sociais, económicas e políticas em larga escala em todo os países. Mas é precisamente o contrário que parece acontecer. Em

(9) Bruneau, *op. cit.*, p. 8, 9.

(10) Kenneth Maxwell, «Portugal under Pressure», *New York Review of Books*, 28 de Maio de 1975.

(11) «A bandeira vermelha sobre Lisboa e Madrid abre caminho para o fim de uma Europa livre. O nosso objectivo tem, por isso, de consistir em dar a nossa colaboração para barrar o caminho ao comunismo e ao socialismo de esquerda em Portugal e na Espanha» (Kai-Uwe von Hassel, presidente da União Europeia da Democracia Cristã, e Elmar Pieroth, membro da direcção da fracção parlamentar do CDU/CSU, num apelo para a oferta de donativos, 17/12/1975; cf. a reprodução in *Portugal - Nachrichten*, n.º 18, 12/1/1976, p. 13).

(12) Estas considerações têm como ponto de referência a notável análise de Volker Matthies, aplicável em larga medida ao «caso» de Portugal: «Wird Afrika rot? Kommunismus als Bedrohungsvorstellung deutscher Afrika-Politik», in Helmut Bley, Rainer Tetzlaff, *Afrika und Bonn*, Reinbek, 1978, p. 169 sgs.

países como, por exemplo, os Estados Unidos e a União Soviética, a política oficial tem por objectivo reprimir quaisquer experiências importantes» ⁽¹³⁾.

A reivindicação contida nestas palavras não foi formulada por um cientista social. O seu autor é o astrofísico americano Carl Sagan, que vê no desenvolvimento e experimentação, pela via da «mutação social», de soluções não-convençionais para os problemas políticos e económicos acumulados a única alternativa à autodestruição da civilização humana. É certo que Sagan alude também, logo a seguir, ao dilema que consiste em os detentores do poder na sociedade se oporem a transformações desse tipo, devido aos seus interesses próprios e a atitudes rotineiras, e oporem-se tanto mais fortemente nos dois países em que está também acumulado o maior potencial de poder e de influência. Johan Galtung acrescentou argutamente que este dilema não é válido tão-somente para a esfera *intranacional*, mas também para a esfera *internacional*, em que «estruturas e decisões desenvolvidas na 'metrópole do liberalismo' ou na 'pátria do socialismo'» podem adquirir, «graças ao seu local de origem e não por força da sua substância», o carácter de «modelos exemplares» ⁽¹⁴⁾.

Se com isto se aludiu à influência particular, fundada tanto ideologicamente como no plano da dominação política, que os EUA e a URSS adquiriram nas suas áreas de domínio respectivas, este argumento tem, em todo o caso, para uma análise da evolução portuguesa posteriormente a 1974, de ser ampliado: no sentido restrito esboçado no capítulo precedente, a República Federal da Alemanha passou, no caso de Portugal, «para o primeiro plano em relação aos Estados Unidos» ⁽¹⁵⁾. Isto correspondia, aliás, ao que sentia o SPD quando anunciou que a visita de Willy Brandt a Portugal de 19 a 21 de Outubro de 1974 tinha «(tornado) clara a influência que a social-democracia alemã exerce sobre a evolução das democracias na Europa» ⁽¹⁶⁾. O chanceler federal Schmidt declarou em 1976, referindo-se a Portugal, que «neste ponto — nesta pequena parcela da política mundial — os ameri-

⁽¹³⁾ Carl Sagan, *Nachbarn im Kosmos*, Munique, 1978, p. 48-49.

⁽¹⁴⁾ Johan Galtung, «Eine strukturelle Theorie des Imperialismus», in Dieter Senghaas (org.), *Imperialismus und strukturelle Gewalt*, Frankfurt, 1972, p. 29 sgs., aqui p. 57; sublinhados meus.

⁽¹⁵⁾ Bruneau, *op. cit.*, p. 8.

⁽¹⁶⁾ Friedhelm Merz, «Solidarität mit Portugal», in *Sozialdemokrat Magazin*, n.º 11/1974, p. 14.

canos seguiram o nosso conselho. E não tiveram de que se arrepender»⁽¹⁷⁾.

Entre os valores e normas sócio-políticos a partir dos quais a «revolução dos cravos» portuguesa foi avaliada do exterior, o conceito de pluralismo desempenhou — como se irá mostrar — um papel especial. Este conceito, bem como os conceitos associados de democracia e política são alvo de controvérsia na sociologia anglo-saxónica e oeste-alemã. Não obstante, podemos partir do princípio de que «há no mundo livre uma concepção de democracia pluralista (...) actualmente dominante»⁽¹⁸⁾. Nesta concepção o princípio original do pluralismo como «teoria política crítica»⁽¹⁹⁾ — crítica, antes de mais, frente à distribuição desigual do poder na sociedade — passou de duas maneiras para um lugar secundário: no plano interno, foi suplantado pelo interesse pela análise da formação, empiricamente constataável, de vontade política, a nível de partidos e associações; no plano externo, pela necessidade de uma demarcação substancial rigorosa das modalidades de «dominação totalitária»⁽²⁰⁾.

Esta concepção dominante de pluralismo — dominante além do mais no sentido de uma «filosofia comum» de que os grupos dirigentes se servem instintivamente tanto como norma de acção como para justificar a política que seguem — foi caracterizada nos Estados Unidos, devido à sua orientação pelo *status quo* social, como *liberalismo dos grupos de*

(17) Helmut Schmidt, «Die internationale Verantwortung der Bundesrepublik Deutschland», discurso na Conferência Sectorial Social-Democrática, Bona, 9 e 10/4/1976, reproduzido in *Die neue Gesellschaft*, ano 23 (1976), p. 398-399, cit. apud Rolf Stender, *Reaktionen und Einflussnahme der SPD auf die Entwicklung in Portugal vom April 1974 bis zum April 1976*, tese de licenciatura, Universidade Livre de Berlim, 1977, p. 77.

(18) Winfried Steffani, prefácio, in idem, *Pluralistische Demokratie*, Opladen, 1980, p. 10.

(19) Raymond G. Gettell, *History of Political Thought*, Nova Iorque, 1924, p. 470. Sobre isto cf. também Adolf M. Birke, *Pluralismus und Gewerkschaftsautonomie in England. Entstehungsgeschichte einer politischen Theorie*, Estugarda, 1978, bem como o apanhado geral em Rainer Eisfeld, «Pluralismus», in *Evangelisches Soziallexikon*, Estugarda - Berlim, 1980, colunas 1004 sgs.

(20) Conceito que, aliás — sem que seja possível aprofundar aqui a questão — está «cheio de confusões, aspectos vagos e incoerências» (Martin Jaenicke, *Untersuchungen zum Begriff totalitärer Herrschaft*, diss., Berlim, 1969, p. 230); isto, antes de mais, porque, pelo seu lado, «adquiriu como 'conceito de luta' contra a 'ameaça totalitária'... uma função política» (Walter Schlangen, *Theorie und Ideologie des Totalitarismus*, Bona, 1972, p. 167).

interesses ⁽²¹⁾, conceito coincidente, apesar de diferenças noutros aspectos, com o conceito de neopluralismo, que constitui «a versão alemã» da concepção de pluralismo dominante nos estados ocidentais ⁽²²⁾. O neopluralismo «luta — para já não falarmos de Hitler — contra a... sombra de Estaline»; «na intenção de enfrentar um desafio» que parte da «formação que existe para lá da 'cortina de ferro' e do Muro», ele foi formulado «para compreender as diferenças essenciais existentes entre os dois sistemas políticos situados em solo alemão» ⁽²³⁾. A formalização crescente da descrição levou, complementarmente a esta tomada de posições, a que os defeitos da estrutura democrática própria fossem perdidos de vista.

2. PLURALISMO SOCIALISTA: UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

Enquanto conceito programático, um «pluralismo socialista» assim concebido não se limita a opor-se criticamente — como se salientou no capítulo anterior — às insuficiências sociais e às limitações à participação política nas democracias capitalistas. Ele confronta-se de modo pelo menos igualmente acentuado com o «socialismo real», que se reduz na prática a um «socialismo monopolista burocrático» ⁽²⁴⁾.

A consequência da crítica analítica é um modelo normativo — também designado por Galtung como pluralismo

⁽²¹⁾ Cf. Theodore J. Lowi, «The Public Philosophy: Interest-Group Liberalism», *American Political Science Review (APSR)*, vol. LXI (1967), p. 5 sgs. A base é o contributo behaviorista da teoria dos grupos, tal como foi defendido depois de 1950 sobretudo por David B. Truman e Earl Latham (EUA) — e, na sua pegada, por numerosos outros autores. O pluralismo original, tal como foi desenvolvido por Ernest Barker, J. N. Figgis e, sobretudo, Harold J. Laski (Inglaterra) foi, na esfera anglo-saxónica, recoberto e, mesmo terminologicamente, absorvido pela teoria dos grupos.

⁽²²⁾ Steffani, *op. cit.* (cf. nota 18).

⁽²³⁾ Ernst Fraenkel, *Der Pluralismus als Strukturelement der freiheitlich-rechtsstaatlichen Demokratie*, Munique/Berlim, 1964, p. B 27, B 5, B 6.

⁽²⁴⁾ Sobre o uso do conceito cf. Rudolf Bahro, *Die Alternative — Zur Kritik des real existierenden Sozialismus*, Colónia/Frankfurt, 1977, bem como Jacek Kuron/Karol Modzelewski, *Monopolsozialismus — Offener Brief an die Polnische Vereinigte Arbeiterpartei*, Hamburgo, 1969. Subsídios críticos importantes in: Vladimir Klokocka, *Demokratischer Sozialismus*, Hamburgo, 1968, p. 29 sgs.; Udo Bernbach, Franz Nuscheler (org.), *Sozialistischer Pluralismus*, Hamburgo, 1973; e, recentemente, Stanislaw Ehrlich, *Le Pluralisme à l'Est et à l'Ouest*, Bruxelas, 1980, esp. p. 198 sgs.

«estrutural» ⁽²⁵⁾ — para o qual têm sido apresentados numerosos projectos. Estes põem, sem excepção, em relevo a autogestão operária nas empresas, combinada com um esforço radical dos direitos e associações dos consumidores, com uma planificação económica e com um entrelaçamento mais profundo e geral da actividade «social» quotidiana com a actividade «política» periódica. Ao serviço disto está uma diversidade de organizações a níveis ascendentes, visando-se, quando possível, uma superação da divisão tradicional entre partidos e associações (de interesses). «Um sistema pluralista desenvolvido pode ser designado como um sistema de cogestão universal» ⁽²⁶⁾.

Pluralismo socialista designa, consequentemente, não apenas um objectivo, mas também um processo moroso no decurso do qual a desigualdade social, a rigidez institucional e a apatia política devem, em qualquer caso, sofrer uma redução maior do que parece ser possível nas condições estruturais dos actuais sistemas do «Ocidente» e do «Leste». Pluralismo socialista como processo queria dizer em 1974-75 em Portugal uma «multiplicidade de acções conscientes em todos os domínios... (conduzidas pelos) operários e empregados, rendeiros e trabalhadores agrícolas, soldados e estudantes»: tanto quanto possível, ninguém deveria já «ter de submeter-se a decisões tomadas sem a sua participação» ⁽²⁷⁾. E pluralismo socialista como objectivo significava que a Constituição entrada em vigor em 1976 sublinhava os direitos das comissões de trabalhadores, dos sindicatos e das cooperativas

⁽²⁵⁾ Cf. Johan Galtung, «Pluralismus und die Zukunft der menschlichen Gesellschaft», in Dieter Senghaas (org.), *Kritische Friedensforschung*, Frankfurt, 1971, p. 164 sgs., esp. p. 186 sgs.

⁽²⁶⁾ Pross, op. cit., p. 447. Cf. sobre isto, além de Galtung, esp. Edvard Kardelj, *Die Wege der Demokratie in der sozialistischen Gesellschaft*, Colónia/Frankfurt, 1979; Ernst Fischer, *Auf den Spuren der Wirklichkeit*, Reinbek, 1968, p. 194 sgs., esp. p. 143 sgs.; Lucio Lombardo-Radice, *Pluralismus in der gesellschaftlichen Praxis*, Salzburg, 1965; Rainer Eisfeld, *Pluralismus zwischen Liberalismus und Sozialismus*, Estugarda, 1972. O projecto jugoslavo da «democracia socialista autogestionária» (descrito por Kardelj, op. cit.) é o que aponta com mais clareza para a perspectiva de ligar a autogestão económica, social e política através de um princípio estrutural comum — o sistema de delegados. Na prática, ele ressentia-se da «posição específica no sistema de poder» (Kardelj, op. cit., p. 68) ocupada pela Liga dos Comunistas, bem como das carências relacionadas com o estágio de evolução económica da Jugoslávia.

⁽²⁷⁾ Hermann Pfütze, «Sozialistischer Pluralismus in Portugal», in Wolfgang Dressen (org.), *Jahrbuch Politik* 7, Berlim, 1976, p. 58.

autogestionárias industriais e agrícolas de produção e comercialização — também e particularmente na elaboração da legislação económica, social e do trabalho —, assegurava o apoio do Estado à criação de associações de consumidores, declarava irreversíveis as nacionalizações efectuadas em 1975 e consignava o princípio da primazia da socialização dos meios de produção ⁽²⁸⁾.

Nestes embriões de transformação institucional reflectia-se um movimento social que, devido à rápida industrialização, ao declínio da agricultura, às amplas migrações internas e à inflação crescente, se tinha iniciado já antes do golpe dos capitães.

Uma vaga de ocupações por trabalhadores agrícolas vítimas de desemprego sazonal, cronicamente mal pagos ⁽²⁹⁾, iniciou a penosa transformação dos latifúndios, em parte incultos, em parte em exploração extensiva, em colectivos e cooperativas de produção. Os habitantes das barracas e bairros degradados de Lisboa, Setúbal, Porto e outras cidades ocuparam casas desabitadas; constituíram-se comissões de ocupantes e de moradores para apresentarem reivindicações e para conseguirem apoio por parte do governo ⁽³⁰⁾. Mais de seiscentas empresas — principalmente pequenas ou médias — — cujos donos declaravam falência ou provocavam o encerramento foram ocupadas e organizadas como cooperativas de produção ou entraram em autogestão operária ⁽³¹⁾. Nas escolas e universidades, finalmente, conselhos directivos constituídos por professores (no caso dos liceus e universidades, com a participação dos alunos) assumiram a iniciativa do chamamento de novos docentes e da introdução de programas remodelados; eles foram responsáveis por «dois anos de renovação entusiástica, de rompimento mais que necessário com tradições obstinadas», e também, é certo, como era inevitável, «de confusão frustrante» ⁽³²⁾.

⁽²⁸⁾ Cf. *Constituição da República Portuguesa*, art. 55-57, 61, 81, 84, 90, 96, 100, 104.

⁽²⁹⁾ Cf. José Cutileiro, *A Portuguese Rural Society*, Oxford, 1971, p. 59 sgs.

⁽³⁰⁾ Cr. Luis Leitão et al., «Mouvements Urbains et Commissions de Moradores au Portugal (1974-1976)», *Les Temps Modernes*, vol. 34 (1978), p. 660 sgs., 670 sgs.

⁽³¹⁾ Cf. José Barreto, «Empresas Industriais Geridas pelos Trabalhadores», *Análise Social*, vol. XIII (1977), esp. p. 682, 684 sgs., 692 sgs.

⁽³²⁾ Ben Pimlott, Jean Seaton, «How Revolution Reached the Schools of Portugal», *New Society*, 9/12/1976, p. 508.

Aliás, é oportuno fazer aqui uma restrição fundamental: nas condições sociais do Norte e de uma parte do Centro de Portugal pouco ou nada se modificou. É certo que, nos fins de 1974, princípios de 1975, o MFA levou a efeito nestas regiões uma «campanha de dinamização cultural»⁽³³⁾. Esta cruzada de esclarecimento não conseguiu, no entanto, nem mobilizar tradições comunitárias como as que existem em certas aldeias de Trás-os-Montes, nem remediar, de forma minimamente sensível, as carências em infra-estruturas e nos sectores do ensino e da saúde que, nesta região — despovoada pela emigração para a França e para a Alemanha Federal —, têm efeitos particularmente gravosos. «Não se fizeram chegar à província os meios materiais e humanos capazes de responder minimamente às mais prementes necessidades das populações»⁽³⁴⁾. A politização continuou aqui a fazer-se «por cima» dos problemas do quotidiano, e a tentativa de gerar uma lealdade duradoira para com a revolução fracassou⁽³⁵⁾. Isto teve consequências que já foram afloradas na introdução.

O reflexo que o movimento revolucionário veio a encontrar na Constituição portuguesa de 1976 não se traduziu, contudo, em realizações políticas e legislativas continuadas que permitissem desenvolver o projecto de um pluralismo socialista em Portugal para além de embriões e perspectivas. O movimento *político* em direcção a um regime conservador-liberal «expressamente apoiado pelo Ocidente e orientado segundo os padrões deste»⁽³⁶⁾ foi já esboçado de início. No plano *económico*, os governos que se foram sucedendo promoveram o enfraquecimento do sector autogestionário e o fortalecimento do sector privado — tradicionalmente de modo algum dinâmico — na agricultura e na indústria. Devido à retracção dos créditos por parte da banca nacionalizada, à inoperância a nível dos serviços oficiais — e mormente do Ministério da Indústria e Tecnologia — e, por fim, às dificuldades levantadas por fornecedores e compradores, o número

(33) Cf. Insight Team do *Sunday Times*, *Insight on Portugal*, Londres, 1975, p. 192 sgs.; Christiane Gerhards, Malte Rauch, Samuel Schirmbeck, *Volkserziehung in Portugal*, Reinbek, 1976, p. 162 sgs.

(34) «Autocrítica Revolucionária do COPCON» de 13/8/1975, apud Ramiro Correia et al., *M.F.A. e Luta de Classes*, Lisboa, s. d., p. 320.

(35) Entrevista do autor com o tenente-coronel Vítor Alves, 5/3/1980.

(36) Ben Pimlott, «Socialism in Portugal: Was it a Revolution?», *Government & Opposition*, vol. 12 (1977), p. 332 sgs.; aqui p. 349.

das empresas industriais e terciárias autogeridas reduziu-se em dois terços e o número dos seus trabalhadores em metade ⁽³⁷⁾. A lei da reforma agrária, que veio substituir em 1977 os decretos-leis de 1975, não se limitou a aumentar consideravelmente as «reservas», que deveriam ser devolvidas aos antigos latifundiários mesmo nos casos em que, entretanto, tinham sido arroteadas por cooperativas. A lei concede também ao Ministério da Agricultura uma ampla margem de manobra para permitir a acumulação de reservas e iniciou a tentativa persistente de fazer recuar as cooperativas de produção através da pequena e média propriedade. Até finais de 1978, 10% das terras ocupadas (número entretanto largamente ultrapassado) tinham sido devolvidas ou divididas, sem que a solução dos enormes problemas de emprego e de produtividade agrícola tivesse beneficiado com isso, antes pelo contrário ⁽³⁸⁾.

No sector do ensino, os impulsos inovadores foram sacrificados em larga medida à pressão de interesses político-partidários, da Igreja Católica, e também das associações de pais conservadoras ⁽³⁹⁾. O desemprego subiu acima de 10%, os salários reais baixaram e a taxa de crescimento regrediu quando, em virtude de uma política de austeridade decretada pelo Fundo Monetário Internacional — que levou a revista inglesa *The Banker* a falar de um «governo do FMI» em Portugal ⁽⁴⁰⁾ — a moeda foi desvalorizada, os subsídios, reduzidos, e os impostos, juros e taxas subiram, para conseguir créditos de auxílio internacionais. Simultaneamente, Portugal foi (re)integrado, não apenas nos planos político e económico, mas também no plano militar. Uma brigada blindada, constituída com apoio oeste-alemão e norte-americano

⁽³⁷⁾ Cf. Base-Frente Unitária de Trabalhadores (ed.), *Pelo Socialismo Autogestionário*, Lisboa, 1979, p. 51; «Front der Feinde», *Der Spiegel*, ano 33, n.º 32, 6/8/1979, p. 117.

⁽³⁸⁾ O texto da lei 77/77 — também chamada lei Barreto, do nome do antigo ministro da Agricultura — está reproduzido in Gabinete de Estudos do Partido Socialista (org.), *Os Socialistas na Assembleia da República*, Lisboa, 1978, p. 147 sgs., aqui esp. art. 26-31, p. 159 sgs. Cf. além disto Cabral, *op. cit.*, p. 436/27, bem como Winfried Borowczak, «Die Agrarreform in Portugal: Politische Blockade und sozioökonomische Folgen», in Peter Koch, Winfried Borowczak (org.), *Agrarreform in der kapitalistischen Peripherie*, Bielefeld, 1979, p. 40 sgs., aqui esp. p. 66, 96.

⁽³⁹⁾ Cf. Pimlott/Seaton, *op. cit.*, p. 509.

⁽⁴⁰⁾ «Government by the IMF», *The Banker*, Out. de 1978, p. 47 sgs.

no ⁽⁴¹⁾, tomou parte, em 1980, nas manobras da NATO «Display Determination» em Itália; no mesmo ano, Portugal regressou ao Grupo de Planificação Nuclear da NATO, de que tinha sido excluído *de facto* em 1974.

III. PENETRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA DE UM PLURALISMO INTERNACIONAL «ASSIMÉTRICO»

Em 21 de Junho de 1975, os oficiais portugueses que tinham derrubado o regime de Caetano declararam consistir o seu objectivo num «pluralismo socialista (que) compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista. O MFA repudia, portanto, a implantação do socialismo por forma violenta ou ditatorial... (Isto) implica o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas» ⁽⁴²⁾.

O pluralismo socialista aponta para uma perspectiva cuja realização ameaça interesses materiais e ideológicos e, por conseguinte, provoca resistência, tanto a nível da política interna como da externa ⁽⁴³⁾. Num mundo de sociedades monistas, seja numa ampla medida (socialistas ortodoxas), seja pelo menos em parte (capitalistas), uma única sociedade «estruturalmente» pluralista terá dificuldades para sobreviver. Este mundo é fundamentalmente «assimétrico» ⁽⁴⁴⁾, e isto sobretudo devido à preponderância económica e militar dos EUA e também devido à forma como, depois de 1917, a URSS aspirou a estabelecer a sua hegemonia, pri-

⁽⁴¹⁾ Cf. Rüdiger Moniac, «Deutsche beraten Portugals Militär», *Die Welt*, n.º 173, 28/7/1976; Jimmy Burns, «Portugal Gets NATO Aid», *Financial Times*, n.º 27 516, 22/3/1978.

⁽⁴²⁾ «Plano de Acção Política do MFA», apud Ramiro Correia *et al.*, *op. cit.*, p. 176.

⁽⁴³⁾ Depois da ocupação da Checoslováquia, onde se tentara, em 1968, um pluralismo socialista, por tropas do Pacto de Varsóvia, foi apodicticamente afirmado na RDA que «a exigência de um 'pluralismo marxista' levava «como consequência à desagregação ideológica dos partidos marxistas-leninistas e, na sequência disto, a deixar a contra-revolução à solta no interior do campo socialista» (Georg Klaus/Manfred Buhr (org.), *Philosophisches Wörterbuch*, Leipzig, 1976, vol. 2, p. 940. Cf. também *Great Soviet Encyclopedia*, trad. da 3.ª ed., vol. 20, Londres/Nova Iorque, 1976, p. 234.

⁽⁴⁴⁾ Raymond Vernon, «Multinational Business and National Economic Goals» e Edward L. Morse, «Transnational Economic Processes», ambos in *International Organization*, vol. XXV (1971), p. 705 e p. 393.

meiro, sobre o movimento comunista mundial, depois, sobre os países do COMECON. Ambos, os EUA e a URSS, intervêm, além disso, fora das suas esferas de influência directas. Além destes centros de poder internacionais (estatais), actores transnacionais (não-estatais) — bancos, empresas multinacionais, uniões sindicais e partidárias — têm vindo a ganhar importância. Como transportam ideologias, dinheiros, informações, produtos e pessoas para além das fronteiras⁽⁴⁵⁾, eles podem tornar-se instrumentos da política externa dos países em que estão sediados.

Aqui chegados, podemos retomar com maior profundidade as considerações sobre as influências externas feitas no fim do capítulo inicial. Uma «diplomacia total» é capaz de reunir em si «actividades sindicais, diplomáticas, dos serviços de informações e empresariais»⁽⁴⁶⁾. Por intermédio de uma diplomacia deste tipo, um país pode ser penetrado até um ponto em que *não*-membros dessa sociedade, conjuntamente com *alguns* dos seus membros, influenciam «directa e decisivamente» tanto o estabelecimento sócio-político de objectivos e normas como a mobilização de meios para atingir esses objectivos⁽⁴⁷⁾. Esta capacidade de ingerência é expressão do poder estruturalmente condicionado de uma sociedade em relação a outras, cuja autonomia no que se refere à fixação de objectivos próprios e à decisão sobre quais os meios e vias a utilizar para a sua concretização — em resumo, cujo pluralismo interno — ela consegue limitar, mais ou menos subtil ou drasticamente. Alguns grupos da sociedade penetrada, que servem de «testa de ponte», poderão talvez facilitar por esta forma a consecussão dos seus próprios interesses e, assim, elevar o grau da sua autonomia. No entanto, «esta proporção de autonomia só pode desenvolver-se no quadro da estratégia seguida pela sociedade que exerce a penetração e é, por conseguinte, relativamente baixa»⁽⁴⁸⁾.

O programa dos capitães portugueses colidia internacionalmente com uma política que identificava o pluralismo

⁽⁴⁵⁾ Cf. Susan Strange, «The Study of Transnational Relations», *International Affairs*, vol. 52 (1976), p. 334 sgs.

⁽⁴⁶⁾ Robert W. Cox, «Labor and Transnational Relations», *International Organization*, vol. XXV (1971), p. 555.

⁽⁴⁷⁾ Cf. James N. Rosenau, «Pre-theories and Theories of Foreign Policy», in Barry R. Farrell (org.), *Approaches to Comparative and International Politics*, Evanston, 1966, p. 65.

⁽⁴⁸⁾ Gerhard Kiersch, Barbara Mettler-Meibom, «Die US-Amerikanische Penetration in Frankreich nach dem 2. Weltkrieg», in Klaus-Jürgen Gantzel (org.), *Kapitalistische Penetration in Europa*, Hamburgo, 1976, p. 31.

com a concepção do Estado e da sociedade da Aliança Atlântica. Logo no mesmo mês em que o MFA fez a declaração citada no início deste capítulo, o presidente do SPD, W. Brandt, declarou que a social-democracia europeia não permitiria «que a evolução de Portugal se dirija para um futuro incerto e que modelos ideológicos de exportação sejam ali instaurados à custa da democracia pluralista»⁽⁴⁹⁾. E em 17 de Junho de 1975, o Conselho da Europa (os chefes de Estado e de governo) da CEE recusou na prática um pedido de ajuda financeira, apresentando a Portugal «literalmente um ultimato»⁽⁵⁰⁾: «A Comunidade Europeia, tendo em conta a sua tradição política e histórica, só pode dar o seu apoio a uma democracia pluralista»⁽⁵¹⁾.

IV. PENETRAÇÃO FORMAL: A ALAVANCA ECONÓMICA

Quando o general Francisco da Costa Gomes, sucessor de Spínola como chefe de Estado, e o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, se tinham encontrado, em 18/19 de Outubro de 1974, com o presidente dos EUA, Ford, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Kissinger, este afirmara já que havia no governo português uma «influência excessiva do PC» e censurara Soares por ser «um Kerenski», possivelmente sincero, mas «ingénuo»⁽⁵²⁾. Depois do 11 de Março de 1975, o embaixador americano Carlucci advertiu os comandos militares portugueses de que a «viragem à esquerda» era «contrária aos interesses dos EUA e da Aliança Atlântica»⁽⁵³⁾. Bruno Friedrich, membro da di-

⁽⁴⁹⁾ «Vor Ideologie-Export gewarnt», *Vorwärts*, 3/7/1975, apud Stender, *op. cit.* (nota 18), p. 23.

⁽⁵⁰⁾ Tad Szulc, «Hope for Portugal», *The New Republic*, 30/8/1975, p. 9.

⁽⁵¹⁾ Kommission der Europäischen Gemeinschaften, *Die Beziehungen zwischen der EWG und Portugal*, Bruxelas, 1976, p. 8.

⁽⁵²⁾ T. Szulc, «Washington and Lisbon: Behind the Portuguese Revolution», *Foreign Policy*, n.º 21, Inverno de 1975/76, p. 3.

⁽⁵³⁾ *New York Times* 26/3/1975, cit. apud Rona M. Fields, *The Portuguese Revolution and the Armed Forces Movement*, Nova Iorque/Washington/Londres, 1976, p. 168. Carlucci protestou, ao mesmo tempo, contra ser relacionado com a CIA em ligação com o período passado como cônsul-geral americano em Zanzibar (cf. *Washington Post*, 29/3/1975, p. A 13 e 5/4/1975, p. B 11). Ele esteve em funções em Lisboa até 5/2/1978, tendo, depois disso, sido nomeado director-adjunto da CIA (cf. *International Herald Tribune*, 1-2/3/1980, p. 3; *Diário de Notícias*, 11/1/1981, p. 1). A administração Reagan nomeou-o subsecretário da Defesa.

recção do SPD, declarou que «uma ajuda solidária da Europa a Portugal» só seria «possível se o caminho para a democracia for prosseguido de forma clara»⁽⁵⁴⁾. Hans Beck, chefe de gabinete adjunto do vice-presidente da comissão da CEE, Wilhelm Haferkamp (oriundo do SPD e da Confederação dos Sindicatos Alemães), frisou que, na ajuda económica a Portugal, o que estava em jogo era «em primeiríssima linha o nosso próprio interesse, isto é, a manutenção e protecção do nosso sistema político... O que se discute em Portugal é a credibilidade e eficiência do nosso sistema político frente ao comunismo»⁽⁵⁵⁾.

Estas afirmações definiam as bases em que se fundou a dupla estratégia norte-americana/oeste-europeia de atracção e pressão. Em 4 de Abril de 1975, a agência seguradora de mercadorias «Hermes», que assume a responsabilidade de garantias estatais à exportação, suprimiu o seguro dos fornecimentos de mercadorias a Portugal. Em 9 de Abril, o governo federal adiou a decisão sobre um auxílio financeiro no valor de setenta milhões de marcos até depois das eleições para a Assembleia Constituinte. Em 16 de Abril, o SPD publicou uma carta da união dos partidos social-democráticos da CEE e da fracção socialista do Parlamento Europeu ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em que se sugeria ao MFA que se distanciasse do PCP, se sublinhava que «na sua luta por um 'socialismo em liberdade'», o PS estava «sozinho» e se aludia de novo à possibilidade de auxílio económico⁽⁵⁶⁾. Em 19 de Maio, o governo federal propôs ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, major Melo Antunes, o já mencionado auxílio financeiro. Em 23 de Maio, o presidente Ford afirmou que, tendo em conta «o factor comunista e a sua influência em Portugal» a presença de Portugal na NATO deveria ser revista na próxima cimeira da aliança em Bruxelas; estas declarações foram depois atenuadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Kissinger⁽⁵⁷⁾.

Na sequência de um pedido de ajuda económico feito por Portugal à CEE já em 27 de Junho de 1974, tendo as pro-

⁽⁵⁴⁾ Bruno Friedrich, *Parlamentarisch - Politischer Pressedienst*, cit. apud Stender, *op. cit.* (nota 17), p. 18.

⁽⁵⁵⁾ Hans Beck, «Portugal und die EG; Notwendigkeit und Möglichkeit einer Gemeinschaftshilfe für Portugal», *Die Neue Gesellschaft*, ano 22 (1975), p. 531 sgs., aqui p. 532.

⁽⁵⁶⁾ Cf. a reprodução in *Berliner Extra-Dienst*, ano 9, n.º 32, 18/4/1975, p. 4.

⁽⁵⁷⁾ Pormenores apud Szulc, *op. cit.*, p. 42-42.

postas respectivas sido submetidas em 25/26 de Novembro de 1974, o Conselho de Ministros da CEE prometeu, em 26 de Maio de 1975, uma ajuda substancial, «a ser concedida na condição de uma evolução democrática»⁽⁵⁸⁾. Em 17 de Julho, contudo, o Conselho da Europa fez a declaração ultimata já citada no final do capítulo III. A CEE tinha assim manifestado o seu «poder de recusa»⁽⁵⁹⁾ material com uma clareza que não podia deixar de impressionar o ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes, a cabeça política do MFA — tal como as violentas invectivas de Kissinger em Outubro de 1974 necessariamente teriam deixado uma impressão em Soares. Quando Melo Antunes apresentou, em 7 de Agosto, o «documento dos Nove», que, com a sua forte crítica ao «vanguardismo revolucionário» do governo, sinalizou a irrupção pública das divergências de opinião no seio do MFA e contribuiu de modo decisivo para o fim do «gonçalvismo», as suas experiências de política externa terão com certeza desempenhado também um papel fundamental, como no caso de Vítor Alves, que viajou pela Europa entre Abril e Setembro de 1975 como embaixador extraordinário.

Segundo foi noticiado na altura, o presidente Costa Gomes foi, em 1 de Agosto, na Conferência para a Segurança e a Cooperação Europeias em Helsínquia, de novo instado por Ford e pelo primeiro-ministro inglês, Wilson, a promover uma evolução «mais aceitável» em Portugal⁽⁶⁰⁾. A última pressão registada sobre o governo de Vasco Gonçalves parece ter sido exercida pelo gabinete norte-americano na questão de uma ponte aérea para evacuar os colonos brancos de Angola: em 26 e 27 de Agosto, o *Washington Post* noticiou que os EUA estavam a protelar a decisão oficial sobre um pedido urgente de ajuda português devido à «incerteza» sobre o destino do governo de Vasco Gonçalves, mas deixavam, ao mesmo tempo, entrever que «se fosse constituído um novo governo, ... com certeza seria organizado um pacote de medidas de auxílio para aliviar o peso enorme dos refugiados». A ponte aérea foi anunciada oficialmente pelo State De-

(58) «EG koppelt Hilfe an politische Entwicklung», *Frankfurter Rundschau*, n.º 120, 27/5/1975, p. 2.

(59) Jonathan Story, «Portugal's Revolution of Carnations: Patterns of Change and Continuity», *International Affairs*, vol. 52 (1976), p. 117 sgs., aqui. 431.

(60) Cf. Günter Schroeder (org.), *Portugal — Materialien und Dokumente*, vol. 2, Giessen, 1976, p. 30.

partment a 2 de Setembro, depois de Vasco Gonçalves se ter demitido ⁽⁶¹⁾.

Só a 7 de Outubro, depois de um novo governo, na prática, social-democrático — o VI Governo Provisório — estar há três semanas em funções, a CEE decidiu conceder a Portugal um crédito do Banco de Investimentos Europeu no montante de cento e oitenta milhões de unidades de conta, a que se seguiu, em 9 de Junho de 1976, um outro empréstimo para investimentos — disponível a partir de 1978 — de duzentos e trinta milhões de unidades de conta. Os EUA associaram-se a 10 de Outubro com um crédito de oitenta e cinco milhões de dólares. Manifestamente, não se poderia esperar receber ajuda do Ocidente sem uma vinculação ao Ocidente.

V. A SIMPLIFICAÇÃO INACEITÁVEL: «LIBERDADE OU COMUNISMO» EM PORTUGAL

Paralelamente ao governo central provisório, em que, depois do 11 de Março de 1975, o MDP, organizativamente autónomo, mas politicamente próximo do PCP, estava fortemente representado, existiam em Portugal numerosas administrações autárquicas provisórias, que, depois da queda do regime de Caetano, tinham sido assumidas na maioria pelo MDP — em parte conjuntamente com o PCP. Mesmo a ajuizar pela análise perfeitamente benévola do PCP publicada pela editora oficial do PCF ⁽⁶²⁾, estes órgãos administrativos em funções não representavam um «modelo de democracia» e, depois de as eleições de 25 de Abril de 1975 «terem revelado a grande fraqueza da esquerda em certas regiões, deveria ter-se tirado rapidamente as consequências». No entanto, só em 12 de Dezembro de 1976 tiveram lugar eleições autárquicas; a aliança PCP/MDP obteve nelas 18,1%.

Se a ocupação de numerosas administrações autárquicas se acabou, pois, por revelar, em face dos crescentes problemas económicos no Norte conservador, já referidos no capítulo inicial, uma vitória ilusória do PCP e do MDP, o mesmo viria a acontecer com a táctica seguida pelo PCP na questão da unidade sindical. Em 19/20 de Janeiro de 1975, no III Governo Provisório, chefiado pelo primeiro-ministro Vasco Gon-

⁽⁶¹⁾ Cf. as notícias do *Washington Post* de 26/8 (p. A 1, A 13), 27/8 (p. A 23) e 3/9/1975 (p. A 10).

⁽⁶²⁾ Jacques Frémontier, *Portugal: Les points sur les i...*, Paris, 1975, p. 125-126; cf. também a crítica às administrações do MDP/PCP no Documento do COPCON (cf. nota 43), *op. cit.*, p. 320-321.

çalves, o PC impôs, com o apoio do MFA, o princípio da unidade sindical mediante um monopólio fixado pela lei (unidade) em proveito da Intersindical, União dos Sindicatos Portugueses; os sindicatos eram livres cada um por si de aderir ou não à Intersindical e a lei — tornada depois caduca pela Constituição — deveria ser revista um ano mais tarde⁽⁶³⁾. A Intersindical tinha sido fundada em 1970 como movimento sindical de oposição, fora forçada à clandestinidade logo em 1971 e tinha, daí para a frente, caído sob o controlo — se bem que de modo algum absoluto — do PCP. Depois do 25 de Abril, «na falta de tempo, de experiência democrática e de vontade política... só excepcionalmente tiveram lugar eleições autênticas»⁽⁶⁴⁾.

O PS opôs-se fortemente à consagração temporária do avanço organizativo do PCP no plano sindical mediante a lei da unicidade, feita a partir de cima; proclamou, por sua vez, o princípio da «unidade» a partir de baixo como resultado de um debate sindical aprofundado. Pela primeira vez desde o 25 de Abril, o PS aceitou «publicamente e com os meios da mobilização de massas o confronto com o PCP», respondendo a uma manifestação da Intersindical de 80 000/100 000 trabalhadores com uma contramanifestação em que participaram 40 000 pessoas. Mas o PS foi ainda mais longe: «Os socialistas portugueses (ponderaram) — numa troca de impressões com o então presidente Costa Gomes —» conseguir uma «substituição do primeiro-ministro Vasco Gonçalves ainda antes de 12 de Abril»⁽⁶⁵⁾, para terem assim o caminho livre, para, com Costa Gomes ou até Spínola como presidente, poderem ter, depois das eleições, uma participação ainda mais activa nas decisões políticas»⁽⁶⁶⁾. A tentativa de golpe de Spínola

⁽⁶³⁾ Pormenores *apud* Inside Team, *op. cit.*, p. 212.

⁽⁶⁴⁾ Ernst Piehl, «Klärungsprozess in Portugal», *Die Neue Gesellschaft*, ano 22 (1975), p. 122 sgs., aqui p. 123. A afirmação é confirmada por uma entrevista do autor com Kalidás Barreto, membro do secretariado da Intersindical, em 4/3/1980.

⁽⁶⁵⁾ As eleições para a Assembleia Constituinte estavam inicialmente previstas para 12 de Abril de 1975.

⁽⁶⁶⁾ Elke Esters, «Aktennotiz betr. Portugal vor den Wahlen zur Verfassungsgebenden Versammlung am Samstag, 12. April 1975», Fundação Friedrich Ebert, 17/3/1975, p. 1. Num telegrama da Embaixada da RFA em Lisboa ao seu Ministério dos Negócios Estrangeiros enviado a 27 de Janeiro de 1975 e que foi publicado pelo jornal *Berliner Extra-Dienst* na sua edição de 11 de Março de 1975, tendo a autenticidade do documento, após os desmentidos iniciais, acabado por ser inequivocamente reconhecida, fazia-se também referência a esses planos, que incluíam um pedido de auxílio à NATO contra

a 11 de Março veio frustrar este projecto de crise governamental e reforçar juntamente com os grupos à esquerda do PS, também o PCP.

Marcado pela «experiência traumática» de um «mundo leviatânico», em que tinha sobrevivido à prisão e à tortura, o PCP era ainda «um partido da época de Dimitrov», caracterizado por um «dogmatismo teórico (e) pelos hábitos sectários dos seus funcionários»⁽⁶⁷⁾. Isto não se aplicava tanto ao Alentejo, onde o PCP estava solidamente implantado como organização de massas no seio dos trabalhadores rurais. No Norte e no Centro do país, bem como entre o operariado industrial, o PCP procurou antes, pelo contrário, alargar a sua influência no aparelho de Estado e no aparelho sindical, e bem assim na televisão estatal e numa parte da rádio. Caiu, assim, na dependência do MFA, de cuja coesão e apoio não podia prescindir para garantir o poder «político» com que esperava consolidar o seu poder «social»; e, não obstante acentuasse teoricamente a necessidade de uma aliança entre o operariado industrial e rural e os pequenos camponeses, comerciantes e empregados, ele renunciou na prática à capacidade de entrar em diálogo com o PS, que começou por representar a maior parte destas camadas⁽⁶⁸⁾.

Cunhal não deixou nunca dúvidas sobre a sua convicção de que «o leninismo... é o marxismo da transição do capitalismo para o socialismo» e de que «as concepções políticas do PCP não divergem do socialismo real»⁽⁶⁹⁾. O PCP rece-

um eventual «golpe» dos «radicais de esquerda» do MFA. O telegrama mencionava igualmente a necessidade de aumentar drasticamente o apoio financeiro à constituição de ligas de camponeses anticomunistas canalizado através da Liga dos Camponeses Alemães (DBV) e propunha que se procurasse neutralizar eventuais votos de esquerda de trabalhadores portugueses imigrados fazendo constar que aqueles que, dado não haver a possibilidade de voto por correspondência, se deslocassem a Portugal em Abril não teriam os seus empregos garantidos no regresso (cf. *Berliner Extra-Dienst*, 11/3/1975, p. 2; cf. também as edições de 14/3, 11/7, 28/10/1975 e 9/4, 22/6/1976).

⁽⁶⁷⁾ Cf. Tom Gallagher, «The Portuguese Communist Party and Eurocommunism», *Political Quarterly*, vol. 50 (1979), p. 205-206; Márcio Moreira Alves, *Les Soldats Socialistes du Portugal*, Paris, 1975, p. 156.

⁽⁶⁸⁾ Cf. Philippe Schmitter, «Le Parti Communiste Portugais entre le 'Pouvoir Social' et le 'Pouvoir Politique'», *Études Internationales*, vol. VI (1975), p. 380 sgs; Frémontier, *op. cit.*, p. 88; Eusebio M. Muijal-Leon, «The PCP and the Portuguese Revolution», *Problems of Communism*, vol. XXVI (1977), p. 29.

⁽⁶⁹⁾ Álvaro Cunhal, «O PCP e o Socialismo Real...», discurso proferido em 6/5/1978.

beu manifestamente uma ajuda financeira ininterrupta da URSS e de vários dos partidos comunistas ortodoxos. Em duas diferentes notícias mencionou-se o PC belga e uma companhia de navegação soviético-belga como tendo entregue vários milhões de dólares; também foi feita referência a auxílio por parte da RDA⁽⁷⁰⁾. O montante total dos fundos de procedência soviética ou de outras fontes comunistas foi estimado para 1974/75 em cerca de quarenta e cinco milhões de dólares⁽⁷¹⁾. No seu conjunto, contudo, a URSS parece ter conduzido em relação a Portugal e ao PCP uma política «muito fortemente dependente da conjuntura e não raro contraditória». Uma vez tendo-se decidido pela política de desanuviamiento por motivos políticos, económicos e tecnológicos, os dirigentes soviéticos estavam manifestamente preocupados com a possibilidade de Portugal poder vir a tornar-se um empecilho à Conferência de Helsínquia⁽⁷²⁾. Como não queriam pôr esta em risco, dirigiram «uma empresa com um risco pequeno, no essencial, e com um investimento reduzido»⁽⁷³⁾.

Tanto quanto se pode ver, o problema não reside, no caso do PCP, em ter sido penetrado pelo PCUS depois de 1974. Com a sua ortodoxia e autoritarismo, o partido reflecte a política repressiva de um regime ditatorial, que lhe poupou a necessidade de se confrontar com um mundo envolvente dinâmico, nacional e internacional. Em consequência de não ter outra alternativa senão o trabalho clandestino ou o exílio, o PCP nunca tinha ultrapassado a fase em que o movimento comunista internacional copiou o bolchevismo — e isto queria cada vez mais dizer o estalinismo — na teoria, na estratégia e na prática. O resultado foi, como noutros sítios, uma «funesta curteza de vistas perante as condições sociais, económicas e políticas em que os partidos nacionais trabalhavam»⁽⁷⁴⁾. O processo original pode ser designado por penetração; a seguir a 1974, contudo, o PCP parece ter sido guiado

(70) Cf. Lothar Maier, «Portugal vor den Wahlen», *Links — Sozialistische Zeitung*, n.º 65, Abril de 1975, p. 18, e *Washington Post*, 24/8/1975, p. A 20; Piehl, *op. cit.*, p. 124 e Willy Brandt, *Begegnungen und Einsichten*, Hamburgo, 1976, p. 632.

(71) *Washington Post*, 26/9/1975, p. A 6.

(72) Gerhard Wettig, «Die sowjetische Portugal - Politik 1974/1975», *Berichte des Bundesinstituts für ostwissenschaftliche und internationale Studien*, n.º 60/1975, Colónia, 1975, p. 90.

(73) Szulc, *op. cit.* (nota 52), p. 57.

(74) Ursula Schmiederer, *Die Aussenpolitik der Sowjetunion*, Estugarda, 1980.

por uma «norma de política interna», em harmonia com uma perspectiva tradicionalista já existente ⁽⁷⁵⁾.

Quando, nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de Abril de 1975, o PCP só reuniu 12,5 e o MDP 4,1% dos votos, ao passo que o PS recebeu 37,9 e o PPD, apesar de tudo, 26,4%, este resultado foi interpretado por estes dois partidos e também por uma parte do MFA como refutação da pretensão do PCP/MDP de terem uma ampla base em todo o país. O PS tinha já nesta altura «muitos eleitores não-socialistas, conservadores, que viam no Partido Socialista uma espécie de bastião contra uma ditadura comunista iminente» ⁽⁷⁶⁾. Três meses mais tarde, contudo, a sua direcção decidiu, para além disso, «fazer uma aliança implícita com forças mais conservadoras, e nalguns casos abertamente reacţionárias, que só agora surgiam de novo a público» ⁽⁷⁷⁾.

O pretexto foi a ocupação em meados de Maio, pelos tipógrafos, do jornal *República*, que «incompreensivelmente se designava a si próprio como jornal independente, muito embora, já antes do 25 de Abril, fosse tido como porta-voz do Partido Socialista Português, então proibido». A participação do PCP nestes acontecimentos era «quando muito indirecta e constituiria principalmente uma reacção à militância de trabalhadores organizados na UDP maoísta» ⁽⁷⁸⁾. Esta luta operária transformou-se, no entanto, sob a batuta de Mário Soares, numa prova de força com o PCP.

Análises objectivas mostraram em pormenor a diversidade de informação e opinião reinante em 1975 na imprensa portuguesa e advertiram contra a «grosseira simplificação» de considerar a cena política em Portugal «exclusivamente como campo de batalha entre a liberdade democrática e a ditadura comunista», não menos do que contra o sofisma igualmente «grosseiramente simplificador» segundo o qual o caso *República* significava «a morte da liberdade de imprensa».

⁽⁷⁵⁾ Cf. Mujal-Leon, *op. cit.*, p. 23, 28.

⁽⁷⁶⁾ Mário Soares, «Völker sollen nicht dankbar sein», *Der Spiegel*, ano 33, n.º 51, 17/12/1979, p. 120.

⁽⁷⁷⁾ Mujal-Leon, *op. cit.*, p. 32; no mesmo sentido vão Tad Szulc, «Volatile Portugal», *The New Republic*, 16-23/8/1975, p. 18, e Tom Gallagher, «Portugal's Bid for Democracy: The Role of the Socialist Party», *West European Politics*, vol. 2 (1979), p. 210.

⁽⁷⁸⁾ Heinz Ramseier, «Wir sind genauso Arbeiter wie ihr», *Vorwärts* (órgão do SPD), n.º 22, 29/5/1975; Mujal-Leon, *op. cit.*, p. 31, nota 28. Também o relato do *Vorwärts* nota explicitamente: «Aliás, muitos dos tipógrafos do *República* não estão organizados no PC, mas sim na UDP, de extrema-esquerda» (Ramseier, *op. cit.*).

sa»⁽⁷⁹⁾. A teoria da conspiração defendida por Soares, de acordo com a qual o PCP fora «o instigador primordial desta pretensa luta»⁽⁸⁰⁾ é tão pouco adequada à situação de então como a tese da manipulação, segundo a qual «os grupos da extrema-esquerda... com a excepção dos maoístas foram caindo cada vez mais sob a influência do PCP»⁽⁸¹⁾. Numa atmosfera de crise económica, desenrolou-se uma confrontação política em torno da ordem futura em Portugal, em que nem o MFA nem o PCP tinham tudo na mão. É evidente que também era o poder que estava em jogo quando se experimentavam modelos sociais e políticos que iam até à democracia de base do «poder popular», apoiado nas comissões de trabalhadores e de moradores. Mas o PCP só possuía uma «hegemonia» quando muito no seio do proletariado rural, nunca a teve no proletariado industrial e nas forças armadas e muito menos entre os camponeses do Norte e do Centro. «Um Portugal deixado tão em paz como na época da ditadura de Salazar teria estado provavelmente durante algum tempo num estado caótico, mas, pelo menos, a possibilidade de... encontrar algumas soluções para os seus problemas teria ficado em aberto». Em vez disso — como mostrámos — Portugal foi submetido a uma pressão formal do exterior, o PS instigou veementemente no plano interno uma ofensiva ideológica e o SPD, como se descreve no próximo capítulo, exerceu uma acção informal em Portugal, de modo que a evolução do país foi, com base em juízos errados sobre as possibilidades e limites da influência comunista, transformada numa «pedra de toque do anticomunismo»⁽⁸²⁾.

A campanha do PS foi favorecida pela histeria crescente do PCP, que tentou em vão impedir manifestações do PS no Porto e em Lisboa 18/19 de Julho de 1975 convocando os trabalhadores a erguerem barricadas. O anticomunismo crescente no Norte, economicamente motivado e ideologicamente espicacado e dirigido contra as administrações autárquicas PCP/MDP, e a cruzada anticomunista do PS contra

(79) Cf. Szulc, *op. cit.* (nota 8), p. 41 e *op. cit.* (nota 77); ver também Lawrence S. Graham, «The Military in Politics: The Politicization of the Portuguese Armed Forces», in L. S. Graham/Harry M. Makler (org.), *Contemporary Portugal*, Austin/Londres, 1979, p. 245.

(80) Mário Soares, *Portugal — Welcher Weg zum Sozialismus?*, Berlim, 1976, p. 123 sgs., 126/127.

(81) Wettig, *op. cit.*, p. 63.

(82) Hans Hübner, *Portugal — Prüfstein der Demokratie?*, Colónia, 1976, p. 131, 138.

o «gonçalvismo» à escala nacional completaram-se e reforçaram-se mutuamente: em 13 de Julho de 1975 foi incendiada em Rio Maior, dentre em breve o bastião da CAP, a primeira sede do PCP; um mês depois, na presença de Mário Soares, Manuel Alegre, membro do Secretariado, declarou em Rio Maior que «este chão» se «tornou um símbolo... Aqui o povo mostrou o que é preciso fazer quando uma minoria (tenta) manipulá-lo»⁽⁸³⁾.

Como um rastilho propagou-se, partindo de Rio Maior, a destruição de mais de sessenta sedes do PCP nos distritos de Leiria, Aveiro, Braga, Porto, Viseu e Viana do Castelo⁽⁸⁴⁾. Não só o PCP ficou isolado, também o conjunto da esquerda — incluindo a ala esquerda do PS — ficou decisivamente enfraquecido nos confrontos político-partidários e nas lutas de tendências nas forças armadas. Tal como o PCP favoreceu ele próprio, pela sua política, o anticomunismo, assim também a direcção do PS — a longo prazo com efeitos ainda mais profundos — «levou a cabo uma mobilização contra as suas próprias perspectivas social-democráticas»⁽⁸⁵⁾. Aqui se lançaram os alicerces da viragem de conjunto à direita que as medidas dos governos constitucionais que se seguiram iriam aprofundar ainda mais.

VI. PENETRAÇÃO INFORMAL: O PESO DO SPD

A campanha do PS revelou-se extremamente eficaz, tanto no plano interno como no externo: «Luta final entre socialistas e comunistas», a manchete com que se dava notícia de um discurso de agitação de Soares⁽⁸⁶⁾ reproduz adequadamente a impressão que o secretário-geral do PS soube transmitir na Europa Ocidental e na América do Norte. Nesta altura, o apoio ao PS pelo «Comité para a Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal» da Internacional Socialista não foi senão a última etapa de uma

⁽⁸³⁾ *Portugal Socialista*, 27/8/1975, cit. pela entrevistadora, Dominique Pouchin (*Le Monde*), in Soares, *op. cit.*, p. 134-135.

⁽⁸⁴⁾ O *Washington Post* de 25/8/1975, p. A 13, documentava, num relato muito vivo, como «jovens conduzidos por organizadores mais velhos de camisas brancas» atacaram a sede do PCP em Leiria, segundo um esquema já experimentado de acordo com o qual «actos de culto católicos culmina(va)m no assalto às sedes comunistas».

⁽⁸⁵⁾ Schroeder, *op. cit.* (nota 60), p. 11.

⁽⁸⁶⁾ *Die Welt*, 23/5/1975.

«acção de auxílio cuja história não pode ainda ser escrita»⁽⁸⁷⁾. Se o comité, formado em Londres em 5 de Setembro de 1975 sob a presidência de Willy Brandt, deu passos para influir não só sobre «numerosos responsáveis políticos e militares» em Portugal, mas também sobre «governos europeus e forças da política internacional», tanto o SPD como a Fundação Friedrich Ebert (FFE) tinham já antes apoiado persistentemente Soares, com quem Brandt «se encontrava com frequência... em Bona ou noutros locais»⁽⁸⁸⁾, e o seu partido, sob o lema de uma «rejeição clara de uma ideologia de frente popular»⁽⁸⁹⁾.

A seguir ao 25 de Abril, o PS «não tinha suficientes membros activos do partido nas cidades e aldeias, não tinha uma organização firme e com experiência de luta, não tinha canais eficientes de comunicação e quase não tinha dinheiro»⁽⁹⁰⁾. Depois de 25 de Abril de 1975, o PS manifestou de longe as maiores despesas com a campanha eleitoral⁽⁹¹⁾. As suas receitas de donativos eram maiores do que todas as despesas do PPD (e quase o dobro dos donativos entrados no PCP), enquanto as quotas e donativos de membros não constituíam ainda sequer 1% das receitas totais (e estavam, assim, muito abaixo das de todos os outros partidos que conquistaram lugares no Parlamento). Os únicos números próprios mencionados pelo SPD quanto a apoio financeiro, são a soma de 882 000 marcos enviados pela Fundação Friedrich Ebert para Portugal «para a construção de instituições e organizações democráticas»⁽⁹²⁾. Uma notícia de imprensa referia em 1979 uma quantia de 10 a 15 milhões de marcos recebidos pelo PS da Fundação Friedrich Ebert para a formação de funcionários, equipamento de sedes, material de propaganda

(87) Brandt, *op. cit.* (nota 70), p. 631.

(88) Idem, «Das portugiesische Volk...», *op. cit.* (p. 22), p. 188, 189.

(89) R. Wagner, «Klare Absage an die Volksfront» (sobre a visita de Brandt a Portugal de 19 a 21 de Outubro de 1974), *Vorwärts*, 24/10/1974, cit. *apud* Stender, *op. cit.*, p. 15.

(90) Soares, *op. cit.*, p. 65.

(91) 11,2 milhões de escudos, contra 7,1 milhões do PCP e 5,2 milhões do PPD; este dado e os seguintes *apud* Albertino Antunes *et. al.*, *Portugal — República Socialista?*, Lisboa, 1975, p. 164-165, e Schroeder, *op. cit.* (1.º vol.), p. 146-147.

(92) «Sozialdemokraten helfen», *Sozialdemokrat Magazin*, n.º 1/1975, p. 21.

e viagens de contactos; desta soma, só em 1977, 2,9 milhões de marcos provinham de fundos federais⁽⁹³⁾.

O Partij van de Arbeid holandês terá posto à disposição do PS três milhões de dólares⁽⁹⁴⁾. E, em 25 de Setembro de 1975, o *New York Times* afirmou que, «segundo quatro fontes oficiais de Washington», o governo americano, na sequência das cimeiras da NATO em Bruxelas e depois de consultas com governos oeste-europeus, tinha decidido associar-se a este apoio. Segundo o jornal, os fundos americanos para o PS «seriam introduzidos pela Central Intelligence Agency através de partidos e sindicatos socialistas da Europa Ocidental», o que tinha levado a CIA a reanimar «relações suspensas, mas tradicionalmente existentes, entre ela e movimentos operários e socialistas anticomunistas da Europa Ocidental»⁽⁹⁵⁾. As somas mencionadas a seguir eram semelhantes às citadas atrás no caso do PCP⁽⁹⁶⁾. No mesmo mês Horst Ehmke discutiu os esforços do SPD em Portugal com o Departamento de Estado dos EUA, tendo deparado com uma aprovação unânime⁽⁹⁷⁾.

Tanto a seguir à I Guerra Mundial como a seguir à II, o SPD tinha-se oposto frontalmente ao comunismo; tinha, no entanto, feito a experiência de que os partidos conserva-

(93) Mais precisamente, de fundos do orçamento do Ministério Federal da Cooperação Económica; cf. «Immer auf der Sonnenseite des Lebens», *Der Spiegel*, ano 33, n.º 16, 16/4/1979, p. 47. Sobre o financiamento das fundações próximas dos partidos com fundos deste ministério, desde 1962, e do Ministério do Interior Federal, desde 1967, fundos cuja administração é confidencial, deixando às fundações uma considerável autonomia de utilização, cf. especialmente Henning von Vieregge, «Zur politischen Bildungsarbeit der parteinahen Stiftungen», *Aus Politik und Zeitgeschichte* n.º B 7/77, p. 28-29, p. 34.

(94) Cf. *Washington Post*, 24/8/1975, p. A 20.

(95) *New York Times*, 25/9/1975, p. 1. O jornal referia-se ao facto de, como está provado, a American Federation of Labor (AFL) ter mandado fundos próprios e da CIA para a França, que contribuíram, em 1947, para cindir a Confédération Générale du Travail (CGT), influenciada pelo PCF, e fundar a sua concorrente Force Ouvrière (cf. Ronald Radosh, *American Labor and United States Foreign Policy*, Nova Iorque, 1969, p. 319 sgs., 323). A indicação do NYT referia-se igualmente à Alemanha Ocidental, onde tanto a AFL como o Congress of Industrial Organizations (CIO) tinham apoiado em 1947-48 com fundos da CIA o estabelecimento de sindicatos anticomunistas (cf. *op. cit.*, p. 438; Theo Pirker, *Die Blinde Macht*, 1.º vol., Munique, 1960, p. 95).

(96) Cf. *Washington Post*, 26/9/1975, p. 7. A notícia do NYT foi desmentida por Soares (cf. Soares, *op. cit.*, p. 59).

(97) «US-Regierung begrüsst Hilfe der Sozialdemokraten», *Süddeutsche Zeitung* 17/9/1975.

dores sabiam mobilizar constantemente contra a social-democracia o anticomunismo latente do eleitorado. A sua consciência de si próprio e um impulso de autoconservação sugeriam-lhe uma contínua demarcação activa do comunismo; esta atitude transferiu-a o SPD para a escala europeia no momento em que — como a partir de 1972-73 na Itália e na França — a frente popular ameaçava tornar-se o protótipo da Europa do Sul e mediterrânica. A discussão inicial na Internacional Socialista sobre a política de alianças dos socialistas portugueses forneceu ao SPD, juntamente com o partido britânico, os escandinavos, o holandês e o austriaco, e sob a direcção de Brandt, o pretexto para imporem a sua posição frente aos socialistas franceses, italianos, gregos e espanhóis, dirigidos por Mitterrand: a União de Esquerda francesa foi aceite simplesmente como caso especial, mas não como modelo possível ⁽⁹⁸⁾.

Se já a Internacional Socialista estava, em parte, mais próxima de Valéry Giscard d'Estaing que de François Mitterrand, os interesses de política extrema do SPD e do governo federal que dirigia coincidiam ainda num outro domínio: o partido estava interessado em que «os nossos amigos americanos... não metam social-democracia e comunismo no mesmo saco» ⁽⁹⁹⁾; o governo federal, pelo seu lado, em vista da Conferência de Helsínquia, estava empenhado em pôr à prova frente a Washington a sua associação entre política de desanuviamento e reforço da Aliança Atlântica. Para ambos os fins se apresentava de novo Portugal como pedra de toque e a pressão sobre o PS como meio.

O sentido em que o SPD e a Fundação Friedrich Ebert influenciaram os acontecimentos políticos e sociais em Portugal pode ser explicitado, para finalizar, mais uma vez na esfera sindical. A Fundação Friedrich Ebert empenhou-se continuamente em Portugal a favor do PS tanto em questões de organização como de formação e aperfeiçoamento a nível partidário, autárquico, sindical e cooperativo ⁽¹⁰⁰⁾. Fundos da FFE foram também canalizados para a Fundação José Fon-

⁽⁹⁸⁾ Cf. Hübner, *op. cit.*, p. 127-128; Stender, *op. cit.*, p. 54 sgs.

⁽⁹⁹⁾ Willy Brandt na reunião anual da UPI em Londres, *apud* *Parlamentarisch-Politischer Pressedienst*, 6/10/1975, cit. *apud* Stender, *op. cit.*, p. 77-78.

⁽¹⁰⁰⁾ Presentemente, por exemplo, a gestão do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, fundado em 1979, é financiada por intermédio da FFE com fundos do Ministério Federal da Cooperação Económica.

tana, criada em Outubro de 1977 para «promover o desenvolvimento do sindicalismo democrático». Os seus meios financeiros e técnicos deveriam concorrer para os objectivos que o «documento Gonelha» sobre «A Questão Sindical», aprovado em Maio do mesmo ano pelo PS, fixava: «Conquista de direcções sindicais nos sindicatos existentes» e criação de «novos sindicatos... quando as circunstâncias o justifiquem». A participação de elementos do PS «nas estruturas directivas da Inter e de sindicatos que dela façam parte» era ali «repudiada e condenada»⁽¹⁰¹⁾.

O pano de fundo deste processo foi o conflito eclodido em 1975 entre o PS e o PC sobre a Intersindical já descrito no capítulo V. No II Congresso dos Sindicatos (extraordinário) de Janeiro de 1977 (convocado por pressão do movimento da «Carta Aberta»), a Intersindical tinha-se constituído como Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional (CGTP/IN), modificando os seus estatutos e elegendo um novo secretariado no qual, segundo cálculos posteriores, estavam representadas as mais importantes tendências sindicais minoritárias⁽¹⁰²⁾. Como a direcção do PS continuava a não estar disposta a entrar em compromisso com a CGTP, a consequência inevitável foi a formação de uma confederação sindical concorrente. A constituição desta não se fez, porém (como era defendido no PS por Marcelo Curto), a partir de baixo e gradualmente, mediante a mobilização das bases sindicais e das comissões de trabalhadores, mas sim, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, a partir de cima: em consequência da debilidade organizativa do PS a nível sindical, foi fundada em 1979 a União Geral de Trabalhadores (UGT) com base num acordo com o PSD que estipulava que o conselho geral e o secretariado seriam preenchidos paritariamente por membros da TESIRESD, a tendência sindical do PSD, e por elementos do PS⁽¹⁰³⁾. A distribuição rígida assim introduzida manteve-se no II Congresso da UGT, dos princípios de Fevereiro de 1981, com a confir-

⁽¹⁰¹⁾ Cf. Partido Socialista, *Confiar no PS — Apostar em Portugal*, Lisboa, 1979, p. 39, 37-38.

⁽¹⁰²⁾ Imediatamente antes do III Congresso, no início de 1980, dezasseis dos vinte e cinco elementos do secretariado da CGTP eram tidos como afectos ao PCP e nove como pertencendo a diferentes correntes de esquerda; cf. «Importantes cedências da linha maioritária da CGTP», *O Jornal*, 22/2/1980, p. 42.

⁽¹⁰³⁾ Cf. entrevista do autor com Francisco Marcelo Curto, ministro do Trabalho do primeiro governo de Soares em 20/2/1980; entrevista com Mário Pinto, TESIRESD, em 5/3/1980.

mação de listas comuns PS/PSD e a reeleição do presidente (PSD) e do secretário-geral (PS); além disto, constituiu-se no seio da UGT uma tendência do Centro Democrático-Social (CDS).

Em Portugal consolidou-se a existência de duas correntes sindicais, cuja polarização as instrumentaliza mais partidaricamente do que favorece a sua força de imposição social. Se já este processo foi fomentado pela FFE, esta apoiou, para além disso, de entre as posições rivais no seio do PS, aquela que se opunha a uma atenção mais intensa às bases activas do partido. A consequência foi um aumento da desmobilização político-social do operariado⁽¹⁰⁴⁾.

VII. OBSERVAÇÃO FINAL: BIPOLARIZAÇÃO E AUTONOMIA

«Seguindo a lógica de um mundo bipolarizado estabelecido em Ialta, os Americanos não prestaram auxílio aos insurrectos leste-alemães em 1953, aos húngaros em 1956, aos checoslovacos em 1968 e agora aos polacos. Por isso eles aceitaram a construção do Muro de Berlim em 1961. Por isso também Estaline aconselhou, depois da guerra, os comunistas franceses e italianos a não formarem governos de frente popular, por isso Brejnev renunciou a tentativas revolucionárias na Espanha e em Portugal»⁽¹⁰⁵⁾.

Arnold Künzli esboçou em termos perspicazes a perspectiva de uma «frente transversal» socialista europeia — dos teóricos da «Primavera de Praga», passando pelo grupo jugoslavo da revista *Praxis* até ao PCI, ao PCE e à esquerda da social-democracia: nela poderia «um socialismo europeu encontrar a sua identidade enquanto genuinamente democrático», no sentido de uma terceira via, não entre o capitalismo e o socialismo, mas «entre o comunismo de Estado soviético e a social-democracia reformista»⁽¹⁰⁶⁾.

⁽¹⁰⁴⁾ A comissão formada para preparar a fundação da UGT propusera ainda incluir na declaração de princípios o objectivo de uma «transformação da sociedade actual» («O que é a UGT», Lisboa, 29/10/1978). Como resultado do debate entre o PS e o PSD, esta formulação foi substituída no congresso de fundação pela reivindicação de uma «transformação do movimento sindical português» (UGT, *Documentos*, série A, n.º 2, Lisboa, 1979).

⁽¹⁰⁵⁾ «Polen — für Moskau Frage auf Leben und Tod», *Der Spiegel*, 11/1/1982, p. 76 sgs., aqui p. 85.

⁽¹⁰⁶⁾ Arnold Künzli, «Der demokratische Sozialismus auf der Suche nach seiner Identität», in Ulrich Gärtner/Jiri Kosta (orgs.), *Wirtschaft und Gesellschaft — Festschrift für Ota Sik*, Berlim, 1979, p. 267 sgs., aqui p. 268.

Efectivamente, começa a desenhar-se, em traços gerais, um consenso em *toda* a Europa sobre o projecto de um «pluralismo socialista» que procure associar a autogestão social dos produtores à democracia política e à pluralidade das organizações — «tanta democracia directa quanto possível, tanta representação quanto necessário» — e que já não pode ser simplesmente atribuído a meia-dúzia de intelectuais⁽¹⁰⁷⁾. Assim, as «bases para uma discussão sobre o pluralismo político», formuladas no interior do PCI desde 1964, influenciaram directamente a «descoberta do pluralismo socialista» na Checoslováquia antes e durante 1968; inversamente, a interrupção pela força do processo checoslovaco teve repercussões duradouras sobre o debate dentro do comunismo e do socialismo oeste-europeus⁽¹⁰⁸⁾. Esboços de um socialismo autogestionário como o que encontrou o seu desenvolvimento mais pormenorizado na Jugoslávia foram, entretanto, incorporados nos textos programáticos do Partido Comunista Espanhol. A Constituição portuguesa de 1976 e o movimento social posterior ao golpe militar de 1974 que lhe subjaz enquadram-se também, sem sombra de dúvidas, neste contexto europeu mais vasto.

Quais seriam as possibilidades de realização desses projectos, partindo do princípio de que eles conseguissem reunir em torno de si uma maioria neste ou naquele país? Foi de novo o PCI que chamou inequivocamente a atenção para o facto de uma evolução autónoma na Europa Oriental e Central ser impedida por o movimento de renovação ali existente ter entrado «não apenas em contradição com o modelo soviético, mas também com uma concepção de 'campo socialista'»⁽¹⁰⁹⁾. O exemplo português — e de modo nenhum só ele — demonstra, paralelamente a isso, a existência de um «campo atlântico», que utiliza, por seu lado, em relação às ruptu-

⁽¹⁰⁷⁾ Cf. o capítulo «A discussão sobre o 'pluralismo socialista', 1961-67» *apud* Wolfgang Leonhard, «Die Bedeutung des Prager Frühlings für die Entwicklung des Eurokommunismus» in Gärtner/Kosta, *op. cit.*, p. 389 sgs., aqui p. 395 sgs.; a citação no texto é de Künzli, *op. cit.*, p. 282. A visão de conjunto mais completa neste momento encontra-se em Branko Horvat/Mihailo Markovic/Rudi Supek (orgs.), *Self-governing Socialism*, 2 vols., Nova Iorque, 1975.

⁽¹⁰⁸⁾ Cf. Pietro Ingrao, «Ein Ansatz zu einer Diskussion über den politischen Pluralismus», in idem, *Massenbewegung und politische Macht*, Hamburgo, 1979, p. 67 sgs.; Lombardo-Radice, *op. cit.* (nota 26); Jiri Slama, «Die Entdeckung des politischen Pluralismus», in Joseph Skvorecky (org.), *Nachrichten aus der CSSR*, Frankfurt, 1968.

⁽¹⁰⁹⁾ Resolução do CC do PCI de 29/12/1981.

ras político-sociais na Europa do Sul e Ocidental, modelos de análise orientados pelo conflito Leste-Oeste. Ambos os «campos» decidem, de acordo com a sua percepção assim «filtrada», se uma transformação sócio-política que se desenha em determinado país deve ser apoiada, tolerada ou combatida. Consoante a escala disponível de recursos políticos, económicos e militares, e consoante as considerações sobre a oportunidade internacional, esta decisão exprime-se então em medidas de intensidade variável.

Estas observações não descrevem, contudo, todo o processo. A avaliação de partes dominantes do âmbito internacional não cerca apenas de fora, por assim dizer como um anel, o país em questão: um anel a que o exercício de uma influência material — económica e/ou militar — confere solidez. Os diversos componentes dessa avaliação internacional repercutem-se, ao mesmo tempo, no interior do país: definindo frentes ideológicas no conflito social que aí tem lugar e sendo invocados como legitimação da acção política, eles dão o seu cunho à formação de vontade nacional também a partir de dentro. Grupos nacionais tornam-se, «contagiados» por modelos internacionais de análise e de acção, seus representantes; por sua vez, esse modelos dominantes são habitualmente, em conformidade com os do âmbito internacional, os do conflito Leste-Oeste. Quanto mais o país em questão pertence à «periferia» económica e militar, quanto mais acentuada se revelar, portanto, a sua dependência do exterior, tanto mais claramente os seus interesses acabam por ficar submergidos em consonância com as esferas de influência internacionais.

A crescente social-democratização do PS é uma ilustração disto no caso português. No programa aprovado em 1974, afirmava-se que o partido — porque «propõe um socialismo que acolha e desenvolva o pluralismo» — defendia «a exigência da democracia local, da democracia directa na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo, da autogestão». Expressamente se rejeitava «o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar, deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo»⁽¹¹⁰⁾. Cinco anos mais tarde, o secretário-geral do PS, Soares, — em consonância com a política que

⁽¹¹⁰⁾ *Declaração de Princípios, Programa e Estatutos do Partido Socialista*, Lisboa, 1975, p. 3-4.

ele, o seu gabinete e a maioria do partido tinham levado a cabo — mostrava-se inequivocamente reservado em relação aos embriões de pluralismo socialista tanto do programa do partido de 1974 como da Constituição de 1976. Demarcando-se do «esquerdismo», ele provava precisamente a «social-democratização» do PS que, do mesmo passo, rejeitava ⁽¹¹¹⁾. Num partido que, em 1973, conforme a análise do próprio Soares, se mostrara mal consolidado teórica e politicamente e que recebera, a partir de 1974, um apoio maciço do exterior, sendo confrontado com expectativas não menos maciças associadas a esse apoio, pode partir-se do princípio de que uma ingerência tanto formal como informal deu a sua contribuição para este processo.

O exercício de uma influência política económica e militar sob o signo do conflito Leste-Oeste já não se limita, pois, aos «quintais» tradicionais dos EUA e da URSS. Trata-se, tendencialmente, de uma evolução mundial em que o Pacto do Atlântico e o Pacto de Varsóvia, o COMECON e a CEE, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional desempenham o seu papel.

Este processo é ainda estimulado por, à sombra das duas grandes potências, se terem estabelecido metrópoles «de segunda ordem», cujas actividades, consoante os casos, complementam, modificam ou substituem as das metrópoles de primeira grandeza. O facto de a União Soviética ter intervenido sozinha em 1953 na RDA e em 1956 na Hungria, enquanto, em 1968, foram tropas de todos os países do Pacto de Varsóvia (com excepção da Roménia) que intervieram na Checoslováquia, poderá ainda ser avaliado como um indício muito provisório, e mais «tacticamente» condicionado, nesse sentido. O facto de a Comunidade Europeia — e nela em especial a República Federal da Alemanha — ter agido em 1975 para com Portugal *em vez* dos EUA, e de a CEE começar, aliás, a desenvolver uma política mediterrânica «global» cada vez mais pronunciada, fala inequivocamente a favor desta tese. O papel da RFA demonstra, simultaneamente, que, mesmo sem ambições militares, o poderio económico e a fixação político-ideológica proporcionam um potencial perfeitamente eficaz de penetração, o mesmo é dizer, de intervenção.

⁽¹¹¹⁾ Cf. Partido Socialista, *Confiar no PS — Apostar em Portugal*, Lisboa, 1979, p. 61-62, 66-67.

Uma tarefa cimeira da «frente transversal» de que fala Künzli deveria, pois, consistir na tentativa de repelir as teorias de conspiração daqueles que só são capazes de conceber qualquer alternativa social e política como obra do Kremlin — ou do Pentágono. A isso se opõem, de resto, interesses de manutenção do poder tão fundamente enraizados que não existe, em boa verdade, razão para esperanças precipitadas.

(tradução de António Sousa Ribeiro)

RESUMO

Considerando que a dinâmica multifacetada dos movimentos sociais pós-25 de Abril de 1974 abriu para a sociedade portuguesa a perspectiva de um «pluralismo socialista», conceito que delimita e define, o autor procura diagnosticar as causas da diluição progressiva dessa perspectiva no processo restauracionista subsequente ao 25 de Novembro. Numa análise centrada sobretudo no detectar das influências e pressões externas, nomeadamente das exercidas por intermédio dos dois grandes partidos da esquerda portuguesa, o autor debruça-se em particular sobre o papel desempenhado pela RFA, e, especificamente, pelo SPD, considerados actores de primeiro plano do processo de «penetração» que iria contribuir para o alinhamento pelas concepções e interesses das «democracias ocidentais».

RESUMÉ

*La «Révolution des Oeillets» et la politique extérieure.
L'échec du pluralisme socialiste au Portugal après le 25 Avril 1974*

Considérant que la dynamique polymorphe des mouvements sociaux post-25 Avril 1974 a ouvert à la société portugaise la perspective d'un «pluralisme socialiste» (un concept qu'il délimite et définit), l'auteur cherche à diagnostiquer les causes de la dilution progressive de cette perspective dans le processus de restauration qui a suivi le 25 Novembre. Dans une analyse qui s'attache surtout à détecter les influences et les pressions extérieures, et essentiellement celles qui se sont exercées par l'intermédiaire des deux grands partis de la gauche portugaise, l'auteur se penche en particulier sur le rôle tenu par la RFA, et plus spécifiquement par le SPD, en les considérant comme des acteurs de premier plan du processus de «pénétration» qui allait contribuer à l'alignement sur les conceptions et les intérêts des «démocraties occidentales».

ABSTRACT

*The «Revolution of Carnations» and Foreign Policy.
The failure of «pluralist socialism» in Portugal after the 25th of
April 1974*

The author takes as his starting-point the multifaceted dynamic of social movements in Portugal after the 25th of April 1974, which opened up the perspective of a «socialist pluralism». This concept is defined and delimited. He goes on to attempt a diagnosis of the causes of the progressive dilution of this perspective in the process of «restoration» after the 25th of November 1975 — in an analysis centred primarily on the identification of external influences and pressures, especially those exerted through the two major Portuguese left-wing parties, the author gives particular emphasis to the role of West Germany, and, specifically, the SPD, as prominent agents of the process of «penetration» which was to contribute to the final alignment with the concepts and interests of the «Western democracies».